

**I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da  
inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015,  
UFES, Vitória-ES**

**Quando o papa chegar em Palhal: imaginários sociais sobre um Projeto de Grande  
Escala**

Bruno Curtis Weber

Universidade Federal do Espírito Santo – PPGCS/UFES

**Resumo:** No ano de 2011 foi anunciado que um complexo industrial de beneficiamento de gás natural encampado pela Petrobras seria instalado em Palhal, zona rural de Linhares-ES. Ocorre que o empreendimento foi oficialmente suspenso segundo os novos planos de investimento da empresa, o que não isentou a comunidade de transformações nas relações sociais ali enraizadas, bem como as relações da comunidade com o seu território. O que sugerimos no presente trabalho é que as representações sociais e os imaginários criados sobre a iminência da chegada da empresa devem, por si só, ser considerados impactos gerados pelo discurso desenvolvimentista. Para reforçar tal interpretação, recorreremos a um exercício de intertextualidade com o filme "O Banheiro do Papa".

**Palavras-chave:** representações sociais; imaginários sociais; desenvolvimento

### **Introdução**

Em 2011 consultores da empresa Bourscheid percorriam pelas comunidades de Palhal e de Lagoa do Aguiar, zona rural do município de Linhares-ES, para fazerem levantamentos para o Estudo de Impacto Ambiental daquele que seria um dos maiores projetos industriais da história do estado. Com orçamento estimado em R\$6,7bi a Petrobrás, após longa negociação com os governos estadual e municipal, anunciou a instalação do Complexo Gás-químico UFN-IV que teria papel estratégico no processo de substituição de importações de fertilizantes e demais derivados químicos feitos a partir do gás natural, como o ácido fórmico e o ácido acético. Além da planta industrial, algumas intervenções off-sites estão previstas, como a adução de água desde o Rio Doce, a 13km do local, a instalação de linhas de transmissão de energia, o sistema de descarte de efluentes – também dirigido ao Rio Doce -, a construção de um gasoduto até uma base portuária que dista aproximadamente 19km do complexo, onde deverão ser

feitas adaptações ao já existente Terminal Aquaviário da Barra do Riacho (ESPÍRITO SANTO: 2011, p.2.5.5).

Após a realização de audiências públicas consultivas apresentando os resultados daqueles estudos, em setembro de 2013, por fim, o Instituto do Meio Ambiente do Espírito Santo (IEMA) concedeu a Licença Prévia, aval primeiro na sequência dos ritos exigidos para obtenção do licenciamento ambiental até que o empreendimento possa enfim operar.

Porém o empreendedor não deu continuidade às atividades e, apesar de os 400 ha exigidos pelo projeto estarem devidamente cercados e sinalizados como propriedade da empresa desde janeiro de 2014, o cronograma do Complexo Gás-químico foi revisado e não existe previsão para o início das obras. Ocorre que, não só a intervenção concreta já realizada, qual seja, a disponibilização da área e realocação das famílias que ali habitavam, deve ser entendida como transformação da realidade de Palhal, mas também toda a expectativa provocada pelo presente momento de suspensão do empreendimento, por si só, é causadora de mudanças bastante reais na vida local. Configurada uma situação de incertezas e povoada de informações imprecisas, os moradores se veem obrigados a desenvolver suas próprias interpretações e criar seus próprios sentidos sobre o que será da comunidade quando e se o empreendimento chegar. Por isso vemos moradores que entendem a chegada do empreendimento com uma oportunidade de negócios e vendem suas casas, subdividem suas propriedades e oferecem os lotes a preços baixos para pessoas de outras regiões, outros sujeitos rezam e pedem para que o empreendimento seja de fato cancelado, alguns jovens investem tempo e dinheiro em capacitação técnica, outros enxergam o Movimento dos Sem Terra, que há quatro meses se instalaram na área da empresa, como possíveis aliados para o impedimento da chegada da indústria, outros os veem como um empecilho para o progresso, e tem ainda os que criam seus gados dentro da área cercada, para citarmos alguns exemplos.

Essas são as linhas gerais que configuram o campo de nossa pesquisa para o mestrado, intitulada *Projeções do agora e relatos do porvir: Representações e imaginários sociais sobre a chegada de um Projeto de Grande Escala em Linhares-ES*. Se inicialmente pretendíamos acompanhar as transformações do território com a chegada de um Projeto de Grande Escala (PGE) numa região não urbanizada, com a

suspensão do projeto da Petrobrás atentamos para uma questão ainda pouco trabalhada pela literatura da sociologia do desenvolvimento, qual seja, as transformações sociais concretas que são engendradas neste momento que antecede a realização “física” de um grande projeto desenvolvimentista. Para tanto é necessário compreendermos os sentidos que os atores constroem sobre o projeto precisamente durante o momento de suspensão, como são os esforços dos atores em conferirem sentidos ao referente que não está *ali* materialmente, e compreendermos como as ações, decisões e atitudes são desenvolvidas a partir daqueles sentidos. Por esse caminho temos condições de apreender a concretude do imaginário social, a efetiva atuação das mentalidades na conformação da organização social cotidiana, como o definiu Castoriadis (CASTORIADIS: 2007).

### **Melo, 1988**

No final do ano de 2006 os moradores de um vilarejo no município de Melo, cidade uruguaia que faz fronteira com o Brasil, souberam através das rádios e das transmissões televisivas que o local serviria de palco para a realização de um filme numa co-produção internacional. E mais: estava aberta a candidatura para que os moradores pudessem atuar na obra, causando uma movimentação incomum na cidade, formando filas à frente da alocação da produção para realização dos testes. A história que o filme pretendia contar remontava ao dia em que o Papa João Paulo II fez uma visita à pequena cidade uruguaia no ano de 1988 – evento que de fato correu- e a produção propunha que os próprios locais participassem da representação fílmica daquele evento santo, tão histórico quanto fatídico. Fatídico pois do ângulo escolhido por César Charlone e Enrique Fernández, diretores de *O Banheiro do Papa*, vemos o quanto famílias, já em condições econômicas dificultosas, investiram dinheiro e fé na construção de barracas e na confecção de pães, pastéis, doces e chouriços para matar a fome da multidão de peregrinos que se expectava ver arrebanhada no até então discreto vilarejo de Melo, vendo, por fim, arrebatada as esperanças pelo frustrante público na tão anunciada ocasião . Moradores confiaram toda sua poupança, hipotecaram ou venderam suas casas, contraíram empréstimos bancários, trocaram tudo para investirem em matérias-primas – como vísceras de porco, leite e farinha – e no rudimentar maquinário para beneficiá-las, assentados na certeza de que, se um dia ante o papa não fosse o bastante para render toda uma vida de erros mundanos, ao menos a salvação financeira seria proporcionada pelo comércio das especiarias locais.

Beto, muambeiro que busca mercadoria na cidade brasileira de Aceguá para os comerciantes locais, sua esposa Carmen e a filha adolescente do casal, Sílvia, são os protagonistas da narrativa. O casal que mora na casa ao lado, Valvulina e Tereza, compartilham o quintal nas tardes de churrasco ou simplesmente para assistirem TV, já que na casa de Beto não tem o aparelho. Diariamente Valvulina, Beto e outros muambeiros saem de bicicleta para Aceguá na arriscada tarefa de atravessar a fronteira sem que tenham sua mercadoria apreendida pelos guardas. Além disso, são obrigados a contornar os abusos frequentes de Meleyo, chefe da guarda. A visita do pontífice aparece como uma oportunidade para que os moradores possam melhorar a condição econômica se aproveitando da legião de peregrinos que certamente viriam a Melo ouvir as palavras sagradas e é por isso que vemos, ao longo de todo o filme, o esforço dos moradores para conseguirem capital suficiente para montar os seus negócios. A maioria dos locais opta por montar comércio de alimentos, e Beto, quando descobre isso ouvindo o noticiário da televisão do vizinho, tem a original ideia de construir um banheiro, pois os fiéis não podem se aliviar “como aquelas índias de não sei onde que se aliviam em qualquer lugar”, afinal, “o que vai dizer o papa em Roma sobre o fedor de Melo?” (Charlone & Fernández: 2007). Enquanto os moradores pegaram empréstimos em bancos e hipotecaram suas casas, Beto acaba com toda a poupança da família, que serviria para oferecer uma educação à filha e se envolve numa negociação frustrada com o usurpador Meleyo. No tão aguardado 8 de maio, no entanto, menos de 8 mil pessoas, sendo a maioria da própria cidade de Melo, participam do evento, causando vultosos prejuízos à depauperada população do vilarejo.

Independente da frustração final em que se encerra a narrativa, atentemos para os dias de preparação e os esforços que os personagens fazem para dimensionarem o evento assentados não mais que nas expectativas e nas projeções que eles próprios criam. O que vemos são ostensivas manipulações dos sentidos, desde aqueles que confiavam que viriam 20, 30, 60 ou 200 mil peregrinos a Melo, até aqueles que não deram crédito ao evento, dos ateus até quem acreditava estar vendendo a alma ao diabo por tirar proveito comercial de uma visita santa, dos aproveitadores de ocasião aos indiferentes. Quando Valvulina ouve pela televisão do bar que deverão ir a Melo cerca de 20 mil brasileiros, prontamente ele convida seu parceiro: “vamos tomar uma por este enviado de Cristo”. E quando o âncora do jornal diz que “nossos cálculos indicam que em torno de 30 mil pessoas virão à cidade de Melo”, rapidamente este número é

retrabalhado pelas representações dos moradores locais e agora já “fala-se em 40 ou 50 mil pessoas” e até “comenta-se que virão 200 mil pessoas”, conforme ouviram Tereza e Carmen atentas aos testemunhos dos moradores locais mediados pela televisão. E então os investimentos de uma senhora do vilarejo que inicialmente contavam com alguns chouriços, agora pedem mais força a ponto de ter de contrair um empréstimo tendo a própria casa como garantia para a confecção de 1.200 chouriços. Sílvia, a filha única de Carmen e Beto, sonha em ser repórter. As notícias sobre a chegada do santo homem pouco importam, nem mesmo importam a preocupação do seu pai para encontrar a melhor alternativa de obter a bênção financeira com o evento: o que lhe importa é a forma dos noticiários, a postura dos âncoras, a entonação da voz, a mágica de transportar o mundo real para os rádios e para a televisão. É por isso que nas noites, quando já recolhida em seu quarto, furtivamente improvisa um estúdio com um lençol e uma lanterna e põe-se a passar informações sobre o mundo oferecidas em primeira mão para seu público imaginário. Para ela, a melhor parte da visita do papa é que agora ela pode ver os repórteres e suas equipes bem à sua frente: essa é a verdadeira epifania. Agora ela pode acompanhá-los para aperfeiçoar suas performances de acordo com os exemplos dos verdadeiros santos que são estes que se fazem ouvir diariamente nos rádios e nas televisões<sup>1</sup>. Já Carmen não acha correto fazer dinheiro com uma visita divina. Mas apesar disso irá oferecer medalhinhas com o relevo de Cristo fabricadas no Brasil para os brasileiros que virão. Não muitas. Apenas para ajudar na casa. O que Beto considera um absurdo: afinal, como ela pode achar que os brasileiros irão até o Uruguai para comprar subprodutos brasileiros? Um banheiro: eis o que dará certo. Todos precisam ir ao banheiro uma hora e pagarão qualquer preço quando essa hora chegar. Não importa qual o meio para conseguir os recursos necessários para construí-lo – se será numa arriscado arranjo com o usurpador chefe da guarda local, Meleyo, se será furtando a poupança suada de sua esposa, se tiver que duplicar as viagens de bicicleta a Aceguá, mesmo com o joelho prejudicado -: é líquido e certo o sucesso do empreendimento.

---

<sup>1</sup> Fica marcada a indiferença de Sílvia com as coisas sacras é quando ela e a mãe passam em frente a uma igreja, Carmen diz: “se benza, minha filha”, e ela responde: “já fiz o sinal da cruz hoje de manhã”.

## Palhal, 2015<sup>2</sup>

Até o ano de 2013 a senhora “N” morava na área que hoje pertence à Petrobrás. Sua casa fora construída há 40 anos por ela, seu marido e sua avó com o massapê que se encontrava em abundância naquela parte do terreno. Além disso o acesso à água limpa era fácil já que poucos metros abaixo da superfície alcançava-se o lençol. Mas a sra. “N” preocupava-se com a possível chegada da empresa no local porque “no dia que eles cavaram buraco por aí afora pra caçar petróleo, no outro dia a água já ficou barrenta”.

Em janeiro de 2014 a família da sra. “N” bem como as famílias de seu cunhado e três de seus filhos tiveram que se mudar da área onde haviam passado toda a vida. Isso porque o governo estadual pôs em prática o plano de indenização para realocação das famílias que habitavam na área pleiteada pela Petrobrás. Com o valor da indenização a sra. “N” e seu marido não conseguiram terminar de construir a casa e se não fosse a ajuda de filhos e irmãos nem mesmo teriam terminado o telhado. O pomar da antiga casa, cujas plantas mais antigas foram plantadas por sua falecida avó, não entrou para o cômputo das benfeitorias geradoras de indenização, coisa frequentemente lembrada pela sra. “N” e seu marido. Além disso, os filhos que moravam ao lado da antiga casa, no terreno vizinho, não tiveram condições de irem para próximo dos pais na área para a qual se realocaram e tiveram que ir para áreas urbanas vizinhas em busca de emprego.

Mas não foram todas as famílias que aceitaram a indenização. Dentro da área solicitada pela estatal, onde ficaria o tanque de armazenamento de água da indústria, existe uma mercearia cujo proprietário se recusa a deixar o terreno herdado de seu pai há trinta anos e onde criou seus filhos. “O que eu quero mesmo”, diz o merceeiro “é ficar aqui, porque o terreno era do meu pai, todos os meus seis filhos foram criados aqui e eu já estou acostumado. Mas se não tiver jeito mesmo, que pelo menos eles me deem dinheiro para construir alguma coisa maior do que eu já tenho”. O merceeiro não está só na resistência contra a realocação já que seus filhos, que habitam o mesmo lote com seus respectivos núcleos familiares, também se recusaram e brigam juridicamente contra a empresa para a permanência no local.

---

<sup>2</sup> Preferimos resguardar os nomes dos entrevistados buscando fazer referências genéricas, inspirados no estilo de Clifford Geertz apresentado especialmente em *A interpretação das culturas*, 1989.

Aliás, antes da chegada do empreendimento (talvez melhor fosse dizer a “chegada” do empreendimento, ou a não chegada do empreendimento) os filhos do merceeiro criavam seus gados na área que atualmente pertence à empresa. Com as indenizações que ocorreram na área e o cercamento da mesma, a consequência legal óbvia seria a retirada do gado, o que de fato, não só os filhos do merceeiro como os demais donos de gado que davam pasto às suas criações naquela área, fizeram. Com exceção do filho mais velho e seus consociados. Ele não só manteve seu gado na área, mas também, quando recebeu notificação da empresa para retirá-lo, não o fez. E não o fez pelo seguinte arrazoado: “tiraram a dona ‘N’ daí e um monte de família humilde porque sabe que eles são humildes e vão aceitar o que oferecerem. E agora fica essa terra parada aí , sem aproveitar para nada e o pessoal lá nem água encanada não tem. E ali tem pasto bom e terra boa para plantar”.

Certo dia, em visita à mercearia, lá estavam o merceeiro e um outro senhor a conversarem. Apresentei-me a este senhor que ainda não conhecia e logo em seguida um jovem vaqueiro entrou no estabelecimento perguntando se tínhamos visto o novo rio que tinha se formado dentro do lote da Petrobrás. Alguns dias antes uma forte chuva havia encharcado o solo, de modo que o pasto situado à beira da estrada que dá acesso ao lote, na margem oposta deste, estava alagado e um fluxo considerável de água desenhava um “rio” dentro da área do empreendimento, provavelmente por ser relativamente mais baixa que o pasto. Nós três, eu, o merceeiro e o outro senhor, dissemos que havíamos visto e então perguntei se era comum que corresse o “rio” daquela forma em épocas de chuva. O merceeiro disse então:

Daquele jeito igual está ali eu nunca vi não. E nem choveu tanto. Sabe o que é? Não tem uma semana que o pessoal da Petrobrás foi exatamente ali e fez piquete, piqueteou tudo. Parece que estão querendo fazer uma estrada ali. A gente procurou saber o que era, mas eles não falam nada, nada. Aí eles vieram e piquetearam tudo, não tem uma semana, dez dias. Choveu e formou aquele riozão bem em cima dos piquetes que eles fizeram, mas está no trajeto certinho dos piquetes. É Deus, é Deus que está por nós. Na Bíblia está escrito que Deus está do lado dos mais fracos e foi ele que mandou aquela água pra mostrar pra eles que eles estão errados, eles estão no lugar errado(dono da mercearia de Palhal, morador de Palhal).

“Bem feito”, disse o jovem. “Bem feito”, repetiu o senhor.

Mesmo depois de indenizadas as famílias, cercada a área – com a exceção do lote do a que pertence ao merceeiro -, evidentes sinais práticos da chegada do empreendimento, a partir de 2014 as atividades previstas no cronograma do projeto não foram realizadas a área tornou-se praticamente inutilizada, tendo utilidade apenas para o gado do filho do merceeiro. As razões atribuídas pelos atores locais à suspensão do projeto são de diversas naturezas. A sra. “N” disse que “tá dando errado pra eles porque Deus é justo e sabe o que faz. Se tiver que ser vai ser. Mas Deus sabe o que faz, é deixar tudo nas mãos Dele”. A partir do segundo semestre de 2014 tornou-se frequente a referência aos escândalos da chamada Operação Lava Jato, ação da Polícia Federal que apresentou um complexo sistema de corrupção envolvendo a estatal. Já em 2015, a sra. “N” e seu marido estavam já satisfeitos com a nova casa, porque os filhos começavam a voltar, a nova plantação vicejava e eles haviam conseguido terminar a casa com o dinheiro da plantação. O marido da sra. “N” disse certa vez: “estou muito feliz aqui e eles [da empresa] é que se lascaram agora. Essa roubalheira toda, é para eles aprenderem a respeitar mais quem já mora na terra, né?”.

Mas a suspensão do empreendimento não foi assim significada por aqueles que investiram recursos, preparando-se para a chegada massiva dos empregados na região. Quando a sra. “O” e seu marido souberam da chegada de um empreendimento com o porte anunciado fizeram alguns investimentos importantes: construíram um galpão para manutenção e garagem de carros da empresa, fizeram um segundo piso em sua casa com quitinetes para os eventuais trabalhadores e lotearam algumas propriedades anexas à área de sua moradia. “Foram anos de poupança que a gente esperou para o melhor momento de investir. E quando a gente investe acontece isso. São anos de dinheiro jogados na lata de lixo”. Aqui fica bem claro o distanciamento entre aqueles que pretendem permanecer no local e os que trataram o empreendimento como uma oportunidade econômica:

Se eles tivessem começado a obra logo nada disso tinha acontecido. Mas o que acontece. Tem gente que parece que não tem visão para o que é o progresso. Porque se todo mundo tivesse recebido a indenização certinho como está escrito na lei, as obras tinham começado. Mas aí atrasou tudo por conta disso, porque teve gente que não quis sair. Aí deu tempo de descobrirem a roubalheira toda da Petrobrás e agora a Petrobrás simplesmente não pode mais fazer a obra. Não pode mais porque o dinheiro está todo travado na justiça (sra. “O”, moradora de Palhal)



O sr. “I” também investiu em uma outra área dentro mesmo de Lagoa do Aguiar, a qual foi dividida em trinta lotes com o intuito de vendê-los para empregados da Petrobrás. Se a princípio a ideia era regularizar os lotes para oferecê-los a um preço entre R\$ 15mil a R\$20mil, agora alguns lotes já foram vendidos a R\$ 5 mil para moradores de Rio Quatel bem como de outras zonas rurais de Linhares e de Aracruz:

O preço que a gente oferece não dá para pagar nem a burocracia. A gente faz mais para ajudar o pessoal que precisa da terra mesmo e não tem dinheiro para construir sua casinha e fazer a roça. Não faz sentido a gente manter a terra parada sem ninguém usar sabendo que tem gente que precisa e ficar esperando a boa vontade da Petrobrás se resolver. Agora, que é um prejuízo, é sim (esposa do sr. “I”, moradora de Lagoa do Aguiar)

A expectativa sobre o empreendimento também pauta a abordagem do celebrador das missas da igreja católica de Palhal. Certa vez o estudo bíblico foi sobre o capítulo 25 do livro de Mateus, versículos 31-46 e a reflexão do orador foi no seguinte sentido:

Essa passagem fala sobre a importância de separarmos as ovelhas dos cabritos, ovelhas à direita e cabritos à esquerda. Estes são teimosos, insubmissos, solitários e as ovelhas dóceis, obedientes e sempre estão unidas. Então é importante sabermos separar o bem do mal, o ruim do bom. As comunidades de Palhal e Lagoa do Aguiar estão livres dos perigos da cidade, das angústias do mal do capitalismo, por enquanto. Para continuarmos livres é preciso que nos mantenhamos unidos. O capitalismo faz com que a gente não enxergue o essencial e peça a Deus apenas o supérfluo em nossas orações, o que a gente não precisa de verdade. Ele sempre nos dará o que a gente precisa, o que faz com que a gente às vezes fique chateado quando Ele não nos dá aquilo que é supérfluo e que nós pedimos. O capitalismo quer que a gente peça sempre mais e mais e é por isso que o homem da cidade não vive em paz. Nós temos que nos manter unidos, sempre unidos, unidos aos nossos irmãos, unidos à nossa terra para resistirmos à ganância do capitalismo que tenta tomar as nossas terras. A chuva é essencial para que tenha pasto, para que tenha plantação. Vamos pedir por chuva para nós e para nossos irmãos e não vamos nos preocupar com o que não é essencial (celebrador da igreja católica de Palhal, morador de Lagoa do Aguiar)

### **Imaginários sociais sobre o que ainda não chegou**

Denise Jodelet, ao lado de Serge Moscovici, a grande referência nas pesquisas sobre representações sociais, definiu seu objeto como “uma forma de conhecimento,

socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet: 2002, p.36).

À dimensão propriamente cognitiva a partir da qual Jodelet (2002; 2005) busca analisar os fundamentos e o papel das representações, Castoriadis vai nos lembrar que, para o inconsciente<sup>3</sup>, *representação*, *afetividade* e *intenção* “constituem um fluxo indissociável” (Castoriadis: 2007, p. 317). É no processo de socialização que estes três momentos são diferenciados, e é apenas no âmbito da consciência que podemos separá-los e nomeá-los, sem que eles deixem de operar de forma aglutinada – ou pré-diferenciada – na vida psíquica<sup>4</sup>.

Jodelet ainda nos diz que as representações são “sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo” (Jodelet: 2002, p. 32), nesse sentido, como o cúmulo do óbvio e que por isso mesmo poderá passar despercebido, pressupomos que exista um *eu* e um *mundo*. Interpretar é *significar*. Significar é ordenar signos disponíveis – em que a linguagem é o maior exemplo e a base para derivar os demais signos - para emprestar sentido para o mundo. Assim o “rio” que flui sobre os piquetes da Petrobrás é uma obra divina, assim como o insucesso do projeto. Mas também é através do núcleo criativo do imaginário que o empreendimento é dimensionado – assim como os moradores de Melo que criam em 200 mil turistas no dia santo – e é a partir desse sentido emprestado ao projeto que se constroem quartos, galpões e loteamentos relativamente grandes como o do sr. “I”.

Castoriadis distingue três tipos de significação, quais sejam:

---

<sup>3</sup> A hipótese do inconsciente como locus fundante das representações perpassa toda a discussão das representações sociais, desde Durkheim: “Si, à chaque moment du temps, la vie psychique consiste exclusivement dans les états actuellement donnés à la conscience Claire, il vaut autant dire qu’elle se réduit à rien” (Durkheim: 2002b, p. 6). Em tradução livre: “Se a cada momento, a vida psíquica consiste exclusivamente nos estados atualmente dados na consciência clara, vale dizer que ela se reduz à nada”. Sem a hipótese do inconsciente, a vida psíquica estaria refém de uma circularidade entre os fenômenos, tornando difícil o surgimento de “novas ideais”, ou, como diria Castoriadis de um “imaginário radical” (Castoriadis: 2007, p.156).

<sup>4</sup> É nos primeiros momentos de vida em que o indivíduo se identifica com o seio da mãe que este fluxo se evidencia, e é na separação do seio que os três momentos são diferenciados. Se na primeira infância o indivíduo tem o corpo da mãe como um prolongamento do seu corpo, é possível que evoque “eu sou o seio”, como sua primeira representação. Além de Castoriadis:2007, pp. 339-342, cf. Mead, *Mind self & society*, 1992.

- pode corresponder ao percebido (ou real), em suas palavras, “à existência distinta do significante” (Castoriadis: 2007; p. 170), aquilo que se apresenta à percepção, à experiência sensível, interna e externa, e recebe, a partir daí, uma interpretação;

- ao conceitual (ou racional), que é a interpretação a partir dos conceitos pré-existentes, cujo exemplo mais facilitado está nos verbetes dos dicionários;

- ao imaginário que é a elaboração criativa de uma interpretação ainda não existente, cujo núcleo criador está na representação original individual, a partir da qual representações derivadas poderão ser elaboradas. Diz-nos o autor referindo-se ao momento de criação significativa: “mas esta arrealidade última como captá-la? Ela só se dá, de um certo modo, como as ‘coisas em si’, a partir de suas consequências, de seus resultados, de seus derivados” (Castoriadis: 2007; p. 172).

A imaginação radical, fundante de um novo signo, é uma prerrogativa do imaginário individual, assentada na representação-afetividade-intenção localizada no inconsciente. As significações imaginárias coletivas “não *denotam* nada, e *conotam*, mais ou menos tudo” (Castoriadis:2007;p.173), o que quer dizer que a sociedade não funda significados, mas antes disponibiliza um universo simbólico suficientemente amplo para que o real (percebido) e o racional (conceitual) se balizem, ao mesmo tempo que oferece os termos de uma significação imaginária radical, mas não encerra todos os significados possíveis que poderão surgir no jogo criativo com estes termos. Num movimento inverso, as significações imaginárias radicais modificam o universo simbólico, ainda que estas modificações, na maioria das vezes só possam ser apreendidas numa mudança de escala temporal: “basta mudar a escala de tempo e as estrelas dançarão loucamente” (Castoriadis: 2007; p. 211). Nesta escala, são as criações radicais que proporcionarão à coletividade a sua *necessidade* histórica, no sentido de sua hecceidade. Ou seja, é a própria diversidade de significados engendrados numa determinada área de sentido que constitui a substância histórica de um grupo social, sua individualidade.

Elas [as significações imaginárias coletivas] só podem ser captadas de maneira derivada e oblíqua: como a separação ao mesmo tempo de delimitar exatamente entre este primeiro termo: a vida e a organização efetiva de uma sociedade, e este outro termo igualmente impossível de definir: *esta* vida e *esta* organização [...]como o cimento invisível mantendo unido este imenso *bric-à-brac* de real, de racional e de

simbólico que constitui toda sociedade como princípio, que escolhe e informa as extremidades e os pedaços que aí serão admitidos (Castoriadis: 2007; p. 173)

O que vemos, tanto em Palhal quanto em Melo, é o esforço dos atores para “inventarem” sentidos adequados para o referente externo – em um caso o empreendimento da Petrobrás, no outro o papa - que se impõe, e os desdobramentos práticos, expressos nas ações dos sujeitos, até porque o representar nunca está apartado de um fazer social (Castoriadis:2007, p. 177). Ainda que haja clivagens dentro das respectivas comunidades, sensíveis diferenças dos sentidos construídos, idiosincrasias, o referente é imediatamente identificado como externo no momento mesmo em que os atores recorrem ao universo simbólico disponível para significá-lo. E vemos isso verbalizado pelos atores quando se referem à empresa como um muito genérico “eles”, como em “no dia em que *eles* cavaram buraco”. Ao identificar um “eles” fica pressuposto um “nós”, imediatamente identificado (Jodelet: 2002)

Ocorre que este referente externo provoca importantes transformações nas realidades locais sem que os atores possam interferir na apresentação desse referente. O que queremos dizer é que as mudanças experimentadas pelos moradores de Palhal – e também de Melo -, ainda que não sejam *determinadas* – já que dependem das representações criadas pelos imaginários - são implacáveis, inevitáveis, ainda que muitas vezes indesejáveis. É justamente nessa imposição do referente vinda de “fora” que é possível perceber a distribuição desigual do alcance das decisões entre “nós” e “eles”: “eles” decidem se e quando vão vir; “nós” tentamos lidar com a incerteza. Trata-se da assimetria de poder, enfim.

Poderíamos ainda conjecturar que as decisões daqueles que aceitaram a indenização da Petrobrás, assim como as famílias que resolveram resistir juridicamente à retirada, e também aquelas que venderam seus lotes e se mudaram, ou ainda, se viram obrigados a baixar os preços das propriedades pela iminência da frustração do empreendimento – e mesmo dos que escolheram permanecer -, são derivadas de interpretações dirigidas à espera imposta desde fora.

A diferença entre a comunidade perfeitamente identificada – não esquecendo que esta comunidade está precisamente situada – e os agentes externos – que proporcionou uma sensível transformação territorial - é base para a fundação de interpretações novas, de significados não pré-estabelecidos no universo simbólico

permite identificar o “nós aqui” e o “eles”. Mas impera a necessidade do registro do *processo*, do gerúndio e do testemunho da força do imaginário na formulação do real.

### **Referências bibliográficas**

BANHEIRO DO PAPA, O. Direção de César Charlone e Enrique Fernández. Produção de Andrea Barata Ribeiro, Bel Berlinck, Serge Catoire, Fernando Meirelles e Elena Roux. Uruguai, Brasil, França: Chaya Films, O2 Filmes, Laroux-Ciné, 2007. DVD (97 min) Dolby SR, color..

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

DURKHRIM, Émile. **Représentations individuelles et représentations collectives**. in. Revue de métaphysique et de morale, tome VI, mai, 1898. Electronic version to Macintosh, 2002b. [PDF]

ESPÍRITO SANTO. **Estudo de Impacto Ambiental do Complexo Gás-químico UFN-IV**. Cariacica, Instituto Estadual de Meio Ambiente, 1734p. 2011.

JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: JODELET, D. (org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.17-44.

MEAD: George H. **Mind, self and society:from the standpoint of a social behaviorist**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.